

Demonstrações Financeiras

Infraestrutura Brasil 37 S.A.

(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A. (anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 15 de abril de 2025, sem modificação.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fulvio A. Matias de Carvalho'.

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.489	57
Impostos e contribuições a recuperar		116	28
Outros ativos		107	-
		<u>10.712</u>	<u>85</u>
Não circulante			
Imobilizado	6	39.083	12.455
Ativo de direito de uso	7	3.700	1.866
		<u>42.783</u>	<u>14.321</u>
Total do ativo		<u>53.495</u>	<u>14.406</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	842	587
Obrigações tributárias	9	240	45
Passivo de arrendamento	7	13	6
Provisões diversas		-	100
		<u>1.095</u>	<u>738</u>
Não circulante			
Empréstimos	10	26.263	-
Passivo de arrendamento	7	3.807	1.874
Provisão para desmobilização de ativos	11	30	-
		<u>30.100</u>	<u>1.874</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	12	27.601	12.990
Prejuízos acumulados		(5.301)	(1.196)
Total do patrimônio líquido		<u>22.300</u>	<u>11.794</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>53.495</u>	<u>14.406</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	13	115	-
Custos operacionais	14	(272)	-
Resultado bruto		(157)	-
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	15	(265)	(445)
Despesas administrativas e gerais	16	(895)	(885)
Amortização e depreciação	17	(177)	(16)
Outras receitas/(despesas)	20	(826)	-
		(2.163)	(1.346)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(2.377)	(1.346)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	18	(2.510)	(64)
Receitas financeiras	18	725	316
		(1.785)	252
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.105)	(1.094)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	-	(95)
Prejuízo do exercício		(4.105)	(1.189)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(4.105)	(1.189)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(4.105)</u>	<u>(1.189)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023		-	-	(7)	(7)
Aumento de capital	12.a	90.000	(90.000)	-	-
Integralização de capital	12.a	-	12.990	-	12.990
Prejuízo do exercício	12.c	-	-	(1.189)	(1.189)
Em 31 de dezembro de 2024		90.000	(77.010)	(1.196)	11.794
Integralização de capital	12.a	-	29.786	-	29.786
Redução de capital por cisão (*)	12.a	(15.175)	-	-	(15.175)
Prejuízo do exercício	12.c	-	-	(4.105)	(4.105)
Em 31 de dezembro de 2025		74.825	(47.224)	(5.301)	22.300

(*) Em 2025, a Companhia efetuou redução de capital no montante de R\$15.175 mil por meio de cisão com entrega de ativos, sem efeito caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Demonstração dos fluxos de caixa
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(4.105)	(1.189)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado nas (utilizado nas) atividades operacionais			
Depreciação do ativo imobilizado	6 e 14	181	-
Amortização do ativo de direito de uso	7	192	16
Juros sobre arrendamento	7 e 18	619	60
Juros e encargos sobre empréstimos	10 e 18	1.663	-
Ajuste a valor presente - provisão para desmobilização	11	3	-
Baixa de ativo imobilizado	6 e 20	2.161	-
Provisões diversas		(100)	100
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Impostos e contribuições a recuperar		(88)	(28)
Outros ativos		(106)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		255	587
Obrigações tributárias		194	45
(-) Pagamento de juros sobre empréstimos	10	(151)	-
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		718	(409)
Atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	6	(44.118)	(12.455)
Fluxo caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(44.118)	(12.455)
Atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	10	30.832	-
Pagamento de empréstimos	10	(6.081)	-
Pagamento de arrendamento	7	(705)	(62)
Aportes de capital	12.a	29.786	12.990
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(7)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		53.832	12.921
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		10.432	57
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		57	-
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		10.489	57
Varição em caixa e equivalentes de caixa		10.432	57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil 37 S.A. **(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Infraestrutura Brasil 37 S.A. (“IBH 37”, “Companhia” ou “Élis Energia”) foi fundada em 3 de setembro de 2021, com nova sede na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 Conjunto 162, Vila Olímpia, São Paulo - SP, tendo por objeto social atividades relacionadas a projetos de geração distribuída de energia fotovoltaica.

A Companhia, anteriormente denominada de Rio de Janeiro GD S.A., foi cedida em julho de 2024 para a controladora direta Infraestrutura Brasil Holding 31 S.A. (“IBH 31”), empresa controlada diretamente pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e que fora incorporada em maio de 2025, pela atual controladora direta denominada Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A.

Em junho de 2025 a Companhia anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A. foi renomeada para Infraestrutura Brasil 37 S.A. Essa alteração de nomenclatura teve como principal objetivo refletir a mudança do objeto social da Companhia para atividades relacionadas a projetos de geração distribuída de energia fotovoltaica.

As principais atividades da Companhia, bem como a natureza de suas operações, são a construção e operação de usinas geradoras de energia solar enquadradas como Geração Distribuída (GD). A Companhia tem como controladora indireta o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 31 de dezembro de 2025, os projetos conectados totalizam uma potência de 1,0 MWac e os projetos em construção totalizam uma potência de 6,0 MWac. Ao final do exercício de 2025 a Companhia possuía um total de 3 projetos (4 no exercício em 2024), sendo 1 projeto operacional em 2025 e 2 projetos em construção, estão demonstradas a seguir:

Localidade/Projeto	Fase	MWac	Início do faturamento	Início esperado da operação
Santa Maria da Vitória	Em operação	1,0	10/2025	-
Barreiras	Em construção	4,0	-	07/2026
Brumado	Em construção	2,0	-	05/2026

1.1. Continuidade operacional

Em julho de 2025 foi realizada a cisão parcial do ativo em construção nomeado como Santa Maria da Vitória II - empresa do mesmo grupo econômico e também controlada pela companhia Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A., para a empresa Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. reduzindo o capital no valor de R\$15.175 (nota 12 (a)).

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Continuidade operacional--Continuação

Ao longo do exercício foi captada uma dívida de curto prazo junto ao banco ABC Brasil, com desembolsos realizados em 2 parcelas nos meses de agosto e outubro de 2025 respectivamente, e totalizando o volume de R\$25 milhões (nota 10).

A Companhia se encontra em fase pré-operacional, apresentando capital circulante líquido (CCL) positivo de R\$9.617 em dezembro de 2025 (negativo em R\$653 em 2024).

Os resultados operacionais verificados no exercício estão alinhados com as estimativas da Administração, especialmente no que diz respeito aos desembolsos pré-operacionais.

A Administração possui um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário. Tais aportes estão previstos no plano de negócios da Companhia o qual fora aprovado pela Administração e pelos acionistas.

Não obstante, a Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia, especialmente no que diz respeito à execução de suas atividades em estrita aderência aos seus planos de negócios.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional ou de financiamentos próprio ou de terceiros suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Bases de elaboração e apresentação--Continuação

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções e seguros, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2026.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota explicativa 3.6);
- Vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa 3.4);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota explicativa 3.5);
- Provisão para desmobilização de ativos (nota explicativa 3.8); e
- Provisão para demandas judiciais (nota explicativa 3.8).

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos compreendem caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e equivalentes de caixa conforme definidos acima, líquidos de saldos bancários a descoberto em aberto pagáveis à vista, se houver, e formam parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração--Continuação*

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem depósitos bancários.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

e) *Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, passivo de arrendamento e empréstimos.

A Companhia não possui operações de risco sacado, *forfait* e *factoring* durante os exercícios de 2025 e 2024. Todas as transações financeiras foram realizadas sem a emissão de títulos de créditos sujeitos a desconto ou desconto de risco.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado, portanto na data de fechamento do balanço anual os valores estão reconhecidos à valor presente no passivo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente--Continuação*

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos)

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não possui contrato ou operara com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2025 e 2024. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Demais ativos circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição durante o período de construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado ocorre pelo método linear, levando em consideração a vida útil-econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação são definidas com base na vida útil econômica estimada de cada classe de ativos, incluindo obrigações relacionadas à futura desmobilização. As principais taxas utilizadas são:

- Usinas em operação e a desmobilização dos ativos: média de 4% ao ano.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Imobilizado--Continuação

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em andamento os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos e debêntures vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados serão depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de uma ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.5. Arrendamento

Ativo de direito de uso

A Companhia reconhece os direitos de uso de ativos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor prazo contratual dos arrendamentos.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Arrendamento--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

Premissas para o reconhecimento

A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma.
- (iii) contratos que envolvam o uso de ativos de baixo valor não são considerados.
- (iv) considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) a metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) a taxa de desconto utilizada é de 13,85% a.a. equivalente a 1,09% a.m. em 2025 e 2024, de acordo com o prazo de vencimento de cada contrato de arrendamento.
- (vii) prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Arrendamento--Continuação

Premissas para o reconhecimento--Continuação

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos foram reconhecidos no passivo de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Companhia como arrendadora

A Companhia atua como arrendadora, locando essas UFVs para os arrendatários, e não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo e são classificados como arrendamentos operacionais. Nesta classificação, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos ativos arrendados, durante o período de arrendamento.

A Administração avalia as circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável e quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas perdas relacionadas ao valor recuperável dos ativos.

3.6. Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indicativos de *impairment*.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é registrada na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.8. Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações. Adicionalmente, as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 e dezembro de 2025 e 2024, não apresentam registro de provisão de demandas judiciais, devido a inexistência de causas com prognóstico de perda provável.

a) Provisão para desmobilização de ativos

A provisão para desmobilização de ativos considera que as obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato de arrendamento das terras onde estão instalados. A provisão foi inicialmente mensurada ao valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente, e por mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Provisões--Continuação

b) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

Na Infraestrutura Brasil 37 S.A., o imposto corrente se baseia no lucro real do período. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim do período de relatório

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

3.12. Apuração do resultado

a) Receitas

O CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a entidade cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre a locação e serviços prestados de operação e manutenção. O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de com a metodologia de compensação de energia estabelecidos em cada contrato.

As receitas da Companhia são provenientes dos seguintes tipos de contratos/serviços:

i) *Locação de equipamentos de sistema de Geração Distribuída (GD)*

A receita operacional de locação de equipamentos permite que a locatária obtenha a titularidade sobre a energia injetada na rede de distribuição pela central geradora participante do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE), conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012 (e legislação aplicável).

A energia ativa injetada na Concessionária local é cedida por meio de empréstimo gratuito e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica ativa ou contabilizada como crédito de energia de unidades consumidoras da locatária participante do sistema, conforme regulação aplicável.

A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período de vigência dos contratos.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.12. Apuração do resultado--Continuação

a) Receitas--Continuação

ii) *Serviços de operação e manutenção (O&M)*

A receita operacional dos serviços de operação e manutenção do SGD(Sistema de Geração Distribuída) integrante dos projetos de energia (serviços de O&M) se dá pela manutenção de forma a garantir a limpeza, conservação e segurança do SGD, o fornecimento de materiais e maquinários necessários para realização dos serviços de O&M, supervisão e controle de toda a área por meio de monitoramento remoto ou in loco, elaboração e envio de relatórios mensais contendo as informações de valores de produção, disponibilidade técnica, atividades de manutenção ordinária e extraordinária, entre outros.

São celebrados contratos de locação com as usinas fotovoltaicas próprias, e consideram uma remuneração mensal.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das Informações Financeiras Intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

4. Normas e interpretações novas e revisadas--Continuação

b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 2024 e 01.01.2026 para companhias abertas
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01.01.2027
CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Depósito em conta	106	-
Aplicações financeiras (i)	10.383	57
Total	10.489	57

(i) As aplicações financeiras de curto prazo possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a títulos do Fundo de Investimento PP Portfólio RF, administrado pelo Itaú Unibanco S.A., remunerado a 100,45% no ano de 2025 (102,5% em 2024).

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

	2025	2024
Usinas em operação	6.990	-
Desmobilização	26	-
Adiantamento a fornecedores (i)	890	8.089
Usinas em construção (ii)	31.177	4.366
Total	39.083	12.455

- (i) Adiantamento a fornecedores referem-se à compra de módulos fotovoltaicos e inversores. No momento das entregas dos materiais, os valores são incorporados as usinas em construção.
- (ii) As usinas em construção incluem: (a) máquinas e equipamentos; (b) custos com consultoria técnica, gestão ambiental, de engenharia, prestação de serviços relacionados ao projeto básico e engenharia, despesas de viagens, entre outros. São custos realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização são rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais.

A movimentação do imobilizado é como segue:

Bens	2024	Adições	Provisão para desmobilização	Baixas (c)	Transferências (d)	Cisão (b)	Depreciação	2025
Provisão para desmobilização (a)	-	-	27	-	-	-	(1)	26
Adiantamento a fornecedores	8.089	30.985	-	-	(28.827)	(9.357)	-	890
Mercadoria para recebimento futuro	-	8.346	-	-	(8.346)	-	-	-
Usinas em construção	4.366	4.787	-	(2.161)	30.003	(5.818)	-	31.177
Usinas em operação	-	-	-	-	7.170	-	(180)	6.990
Total	12.455	44.118	27	(2.161)	-	(15.175)	(181)	39.083

Bens	2023	Adições	2024
Adiantamento a fornecedores	-	8.089	8.089
Usinas em construção	-	4.366	4.366
Total	-	12.455	12.455

- (a) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados às usinas fotovoltaicas. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente (nota explicativa 11).
- (b) Cisão de ativos do projeto de Santa Maria da Vitória II no valor de R\$15.175 no mês de julho de 2025 detalhada na nota explicativa 1.2 de contexto operacional
- (c) Abertura dos valores na nota explicativa 20 de Outras Receitas/(despesas) referente à cessão onerosa de projetos.
- (d) Transferências de saldos entre contas do grupo de imobilizado referente às conciliações e compensações de adiantamentos quando do recebimento dos documentos fiscais; assim como a transferência dos saldos de usinas em construção para usina em operação quando o projeto inicia seu faturamento.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento

(a) A seguir os ativos de direito de uso

Empresa	Quantidade	Prazo	2025		2024	
			Locações arrendadas	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Infraestrutura Brasil 37 S.A.	3	30 anos	3.832	(132)	3.700	1.866
Total			3.832	(132)	3.700	1.866

(b) A movimentação do Ativo de Direito de Uso durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é como segue:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.866	-
Adições	4.205	1.882
Remensuração (ii)	338	-
Baixas (i)	(2.517)	-
Amortização (nota 14 e 17)	(192)	(16)
Saldo no fim do exercício	3.700	1.866

- (i) Baixa referente ao arrendamento do projeto de Confresa, que estava em desenvolvimento e foi suspenso ao final do exercício de 2025.
(ii) Atualização de taxas indexatórias e/ou outros reajustes contratuais.

(c) A movimentação do Passivo de Arrendamento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é como segue:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.880	-
Adições	4.205	1.882
Remensuração (ii)	338	-
Baixas (i)	(2.517)	-
Juros sobre arrendamento (nota 18)	676	60
Pagamento	(762)	(62)
Saldo no fim do exercício	3.820	1.880
Total circulante	13	6
Total não circulante	3.807	1.874

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados pela taxa de 13,85%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do passivo de arrendamento possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Principal	Juros	Total
2026	510	(497)	13
2027	510	(495)	15
2028	510	(493)	17
2029	510	(491)	19
2030	510	(489)	21
A partir de 2031	12.228	(8.492)	3.736
	<u>14.778</u>	<u>(10.957)</u>	<u>3.821</u>

Informações adicionais

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características de seus contratos.

8. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	842	587
Total	842	587

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado. O prazo médio de pagamento é de 30 dias.

9. Obrigações tributárias

	2025	2024
IRPJ e CSLL a pagar	-	17
PIS e COFINS a pagar	16	-
Impostos retidos de terceiros	224	28
Total	240	45

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos

Em 30 de julho de 2025, a Companhia celebrou Termo de emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais escriturais, com Garantia Real em 2 séries no montante total de R\$25.000 (vinte e cinco milhões de reais), cujos desembolsos ocorreram nos meses de agosto e outubro de 2025, nos valores de R\$18.000 (dezoito milhões de reais) e R\$7.000 (sete milhões de reais), respectivamente.

A remuneração sobre o principal é correspondente a 100% da taxa DI acrescidas de *spread* de 1,70% a.a. O prazo de financiamento é de 18 meses, com vencimento em janeiro de 2027 e com previsão de quitação de 100% do valor em parcela única.

(a) A composição dos empréstimos é como segue:

Empréstimos				2025	2024
ABC Brasil				26.263	-
Total passivo não circulante				26.263	-

Instituição / Credor	Remuneração	Data da negociação	Tipo de garantia	Frequência de pagamento de juros/amortização	Vencimento final
ABC Brasil	CDI+ 1,70% a.a.	08/2025	Ativos, ações, recebíveis	18 meses	Jan/2027
Banco Santander	CDI + 0,85% a.a.	06/2025	Standby Letter of credit	47 dias	Jul/2025

(b) A movimentação dos empréstimos é como segue:

Empréstimo	CDI a.a. (%)	Spread a.a. (%)	2024	Adições	IOF	Juros	Pagamento	Juros pagos	Encargos incorridos (i)	2025
Banco Santander	100%	0,85% a.a.	-	6.000	81	151	(6.000)	(232)	-	-
Total passivo circulante			-	6.000	81	151	(6.000)	(232)	-	-

Empréstimo	CDI a.a. (%)	Spread a.a. (%)	2024	Adições	Custo a amortizar	Juros	Pagamento	Juros pagos	Encargos incorridos (i)	2025
ABC Brasil	100%	1,70%	-	25.000	(249)	1.443	-	-	69	26.263
Total passivo não circulante			-	25.000	(249)	1.443	-	-	69	26.263
Total do passivo			-	31.000	(249)	1.594	(6.000)	(232)	69	26.263

(i) Encargos: são custos de captação da transação apropriados conforme período.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Principal	Juros	Saldo a pagar
2027	24.751	1.512	26.263
Total	24.751	1.512	26.263

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

O Termo de emissão dessas Notas Comerciais prevê cláusulas de vencimento antecipado não financeiros “covenants”. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está adimplente com os índices de “covenants” contratados.

A Companhia possui controles de acompanhamento e apuração dessas cláusulas, dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram identificados descumprimentos das cláusulas contratuais de vencimento antecipado.

11. Provisão para desmobilização de ativos

	2025	2024
Provisão de desmobilização de ativos (a)	30	-
Total passivo não circulante	30	-

(a) A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada ao valor presente de 13,85% a.a. e às mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente dos respectivos ativos.

A movimentação da provisão para desmobilização de ativos é como segue:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	-	-
Adição	27	-
Ajuste a valor presente (nota 18)	3	-
Saldo no final do exercício	30	-

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capital social no valor de R\$74.825, composto por 74.825.292,77 ações ordinárias nominativas, 100% subscritadas pelo acionista Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A., sendo parcialmente integralizado em R\$27.601 em 31 de dezembro de 2025 (R\$12.990 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação do capital no exercício de 2025 é de R\$14.611 é composta por, R\$29.786 de integralização de capital e R\$15.175 referente a redução de capital sobre o efeito da cisão parcial conforme citado no contexto operacional na nota explicativa 1.2.

b) Destinação do resultado

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, desde que não haja prejuízos acumulados que absorvam os lucros, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (ii) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.

c) Prejuízos acumulados

A Lei nº 6.404/76, no parágrafo único do art. 189, determina que o prejuízo do exercício seja apresentado na conta de “prejuízos acumulados” e deverá obrigatoriamente ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo no exercício de R\$4.105, totalizando um prejuízo acumulado de R\$5.301 (R\$1.196 de prejuízo acumulado em 2024).

13. Receita operacional líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita com locação	115	-
Total	115	-

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

14. Custos operacionais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços de O&M	(76)	-
Depreciação usinas em operação	(181)	-
Amortização de ativo de direito de uso	(15)	-
Total	<u>(272)</u>	<u>-</u>

15. Despesas com pessoal

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contratações de terceiros	(265)	(445)
Total	<u>(265)</u>	<u>(445)</u>

16. Despesas administrativas e gerais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas de ocupação e escritório	-	(2)
Despesas com viagens e estadias	(3)	(1)
Serviços de terceiros (*)	(862)	(238)
Perdas (**)	-	(644)
Outras despesas	(30)	-
Total	<u>(895)</u>	<u>(885)</u>

(*) Inclui majoritariamente despesas com advogados, consultorias, e serviços de assessoria e assistência contábil.

17. Amortização e depreciação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Amortização do ativo de direito de uso (i) (nota 7)	(177)	(16)
Total	<u>(177)</u>	<u>(16)</u>

(i) Amortização dos contratos de arrendamento das usinas em construção.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	720	316
Descontos obtidos	3	-
Variação cambial ativa	2	-
	<u>725</u>	<u>316</u>
Despesas financeiras		
PIS/COFINS sob receita financeira	(38)	-
Juros sobre empréstimos (nota 10)	(1.594)	-
Encargos sobre empréstimos (nota 10)	(69)	-
Juros sobre arrendamento (nota 7)	(676)	(60)
Carta de crédito/Fiança bancária	(36)	-
IOF	(91)	(2)
AVP de provisão para desmobilização de ativos (nota 11)	(3)	-
Multa, juros, tarifas bancárias	(3)	(2)
	<u>(2.510)</u>	<u>(64)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.785)</u>	<u>252</u>

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2025, foram constituídas com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica.

A Companhia apresentou prejuízo fiscal no período e os impostos diferidos sobre o prejuízo fiscal não foram reconhecidos, pois a Companhia não apresentou lucro tributável.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.105)	(1.094)
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	<u>(1.396)</u>	<u>(372)</u>
Parcela não reconhecida de crédito tributário	<u>(1.396)</u>	<u>(277)</u>
Despesas de IRPJ e CSLL	<u>-</u>	<u>(95)</u>
Alíquota efetiva	-	9%

Infraestrutura Brasil 37 S.A. **(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Outras receitas/(despesas)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Baixas de ativo (*)	2.161	-
Indenizações	50	-
Receita com cessão onerosa (*)	(1.385)	-
	<u>826</u>	-

(*) As baixas de ativo referem-se à contraparte das receitas de cessão onerosa relativas aos contratos de desenvolvimento firmados com a Thopen Solar, para o projeto Águas Claras, e com a Semp Energia, para o projeto Tucano. Em conjunto, esses efeitos resultaram em impacto líquido no resultado de R\$776 mil no exercício de 2025.

(**) A Companhia celebrou contratos de cessão onerosa dos projetos Águas Claras e Tucano, que totalizam R\$1.460 mil, distribuídos conforme abaixo:

Projeto Águas Claras - Thopen Solar 10 S.A.

Contrato assinado em maio de 2025, com desembolsos previstos de:

R\$680 mil em até 30 dias após o cumprimento da Condição Precedente;

R\$175 mil em até 60 dias após o cumprimento da Condição Precedente;

R\$75 mil em até 30 dias após a transferência de titularidade, prevista para 2026.

Projeto Tucano - Semp Energia S.A.

Contrato celebrado em dezembro de 2025, prevendo:

R\$424 mil em até 5 dias após a assinatura;

R\$106 mil em até 5 dias após a transferência de titularidade.

21. Partes relacionadas

A Companhia informa que em 31 de dezembro de 2025 não há saldo em aberto de quaisquer naturezas entre o ativo, passivo e contas de resultado.

A remuneração do pessoal chave da Administração que inclui os diretores estatutários e os diretores administrativos é realizada e centralizada pela Infraestrutura Brasil Holding XXV.

22. Provisões para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável ou possível, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta a risco de crédito, riscos operacionais, risco de mercado, risco hidrológico e risco de liquidez. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais.

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

i) *Risco de liquidez*

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

Passivos financeiros	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	842	-	-	-	842
Empréstimos	-	26.263	-	-	26.263
Passivo de arrendamento	13	509	1.531	1.767	3.820
Provisão para desmobilização de ativos	-	-	-	30	30
Total	855	26.772	1.531	1.797	30.955

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gestão de risco--Continuação

ii) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

iii) *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras automáticas estão mencionadas na nota explicativa 5 e as relacionadas às dívidas na nota explicativa no 10.

iv) *Riscos cambiais*

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas (não financeiras), presentes nos contratos de empréstimos da Companhia, as quais, requerem a manutenção de requerimentos não financeiros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

Com base na análise dos contratos firmados, os requerimentos estão sendo atendidos plenamente, sem limitar a capacidade de condução do curso normal das operações.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

c) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

No quadro a seguir são apresentados e classificados os principais instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	2025	2024	Nível	Classificação por categoria
Ativos financeiros				
Depósito em conta corrente	106	-	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalente de caixa)	10.383	57	2	Valor justo por meio do resultado
Total ativos financeiros	10.489	57		
Passivos financeiros				
Fornecedores	842	587	-	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	3.820	1.880	-	Custo amortizado
Empréstimos	26.263	-	-	Custo amortizado
Total passivos financeiros	30.925	2.467		

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois tem correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não são apresentadas nestas demonstrações financeiras quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

d) Empréstimos

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos empréstimos são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

24. Cobertura de seguros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, conforme a seguir:

Itens/Bens segurados	Riscos cobertos	Montante de cobertura (R\$)	Vigência
Básica - OCC/IM	Danos Físicos em Consequência de Erro de Projeto para Obras Civas e Riscos do fabricante	8.337	até 01/07/2026
Básica - OCC/IM	Danos Físicos em Consequência de Erro de Projeto para Obras Civas e Riscos do fabricante, Despesas extraordinárias, remoção de entulho	8.337	até 15/08/2026

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

25. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras, contudo não impactaram o caixa:

	2025	2024
Impactos de adições e baixa do CPC 06 (R2) - Ativo de direito de uso (nota explicativa 7)	2.026	1.882
Provisão para desmobilização de ativos	27	-
Redução de capital cisão parcial "IBH XXV"	(15.175)	-
	(13.122)	1.882

26. Compromissos assumidos

A Companhia mantém contratos firmados relacionados à execução de infraestrutura para a construção das usinas fotovoltaicas atualmente em desenvolvimento, incluindo serviços de engenharia, licenciamento ambiental e fundiário, assessoria jurídica e demais custos associados ao andamento dos projetos. Com base nos contratos vigentes e nas estimativas de desembolsos futuros, a Companhia projeta que, ao longo do exercício de 2026, serão realizados investimentos aproximados de R\$6.000 mil (seis milhões de reais).

Infraestrutura Brasil 37 S.A.
(anteriormente denominada Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes

i) Contrato de cessão onerosa

Em 16 de janeiro de 2026, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa de contrato de desenvolvimento de projetos de geração de energia e modalidade distribuída com a SEMP Energia S.A, por meio do qual transferiu o direito de uso e construção do projeto no município de Rodelas, localizado no Estado da Bahia.

A operação resultará na entrada total de caixa de R\$1.200, em 3 (três) parcelas, sendo 30% (trinta por cento) em 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do instrumento, sendo 50% (cinquenta por cento) em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após o Ready to Built fundiário e ambiental, ou em até 8 meses antecedentes à Data Limite (conforme definida na cláusula 2.3 do contrato objeto da presente cessão), o que ocorrer primeiro, e 20% (vinte por cento) em até 25 (vinte e cinco) dias corridos após a troca de titularidade. Se a troca de titularidade não ocorrer até 31 de dezembro de 2027, a Cessionária realizará o pagamento em 5 de janeiro de 2028.

* * *